

Soluções para o desenvolvimento de vias seguras e legais de acesso à União Europeia

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), em conjunto com outras organizações da Igreja Católica, enviou um documento aos deputados portugueses do Parlamento Europeu, membros da Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, Ana Gomes, Carlos Coelho e Nuno Melo que inclui um pacote de soluções para o desenvolvimento de vias seguras e legais para a proteção de migrantes, refugiados e requerentes de asilo na União Europeia.

Entre estas soluções encontram-se o aumento das quotas de reinstalação, a promoção do acesso ao direito de reagrupamento familiar, a concessão de visto humanitário e a supressão da exigência de visto. Apelou-se, assim, a que as soluções ora propostas sejam refletidas na versão revista do Código de Vistos (cujos trabalhos se encontram em curso na referida Comissão) e que estas matérias sejam colocadas na agenda da discussão política e legislativa europeias.

Este documento surge como uma resposta à constatação de falta de vias legais e seguras de acesso à proteção na Europa e ganha uma urgência reforçada à luz dos recentes acontecimentos no Mediterrâneo. As consequentes propostas do Conselho Europeu são insuficientes e tardias e colocam a segurança fronteiriça à frente dos problemas concretos das pessoas que fogem dos seus países de origem. Acreditamos que esta não é a reação adequada à crise humanitária no Mediterrâneo, uma vez que a maioria das ações propostas não resulta em soluções reais face à crise atual.

Este pacote de soluções pretende, assim, dar resposta às necessidades específicas dos diferentes grupos de pessoas migrantes que são obrigadas a fugir da guerra, violência indiscriminada, perseguição política e de outras formas de violação dos direitos humanos.



Serviço Jesuíta aos Refugiados

acompanhar · servir · defender

Apelamos, assim, a que sejam desenvolvidas medidas que disponibilizem vias seguras e legais de acesso à União Europeia para aqueles que têm de fugir a guerras, violência e violações graves dos direitos humanos e que estas sejam complementadas com um sistema de asilo justo, condições de acolhimento humanas e ajustadas, bem como por políticas de integração que permitam aos migrantes forçados construir uma nova vida num Estado-Membro da UE.

A este apelo do JRS juntaram-se a Obra Católica Portuguesa de Migrações, a Fundação AIS (Ajuda à Igreja que Sofre), o CEPAC – Centro Padre Alves Correia, a Comissão Nacional de Justiça e Paz e a Cáritas Portuguesa, organizações católicas portuguesas com um papel relevante no âmbito das migrações.

Informação para editores:

O Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS – Jesuit Refugee Service), é uma organização internacional da Igreja Católica, fundada em 1980, sob responsabilidade da Companhia de Jesus. O JRS tem como missão «Acompanhar, Servir e Defender» os refugiados, deslocados à força e todos os migrantes em situação de particular vulnerabilidade. O JRS está presente em cerca de 50 países, prestando apoio em situações de emergência social, e nas áreas da saúde, educação, empregabilidade, entre outras.

Para informações adicionais contactar:

André Costa Jorge

Diretor do Serviço Jesuíta aos Refugiados Portugal

andre.jorge@jrspportugal.pt

217552790